



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIV — N.º 148 — S. PAULO, MARÇO DE 1970 — REDAÇÃO: RUA LIBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — C. POSTAL, 6248

Caetano Continua na Ofensiva

Exatamente como havíamos previsto, Marcelo Caetano voltou a desfraldar as bandeiras da demagogia "liberalizante". Após um breve recuo tornado necessário pelo desmascaramento do governo durante a campanha "eleitoral", o sucessor de Salazar retomou novamente a sua política ambiciosa e mistificadora. Ambiciosa porque se insere numa estratégia que visa a manter intactas as estruturas do fascismo, a reforçar o controle dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais sobre a economia portuguesa e também a perpetuar o status quo colonial, mediante a ajuda do capital financeiro internacional e o estreitamento da aliança com a África do Sul e a Rodésia.

Em Portugal são duas as frentes em que se desenvolve essa ofensiva: a política e a econômica. A mudança de nome da PIDE foi uma das primeiras manobras políticas post-eleitorais. A transformação nominal da sinistra corporação de criminosos numa característica Direção Geral de Segurança confundiu alguns democratas e permitiu que amplos setores da opinião pública se interrogassem sobre o significado da medida. Para que a encenação fosse completa, certos jornais situacionistas (como "O Mundo Português", do Rio de Janeiro) chegaram ao requinte de criticar a PIDE, atribuindo-lhe a responsabilidade por muitos males do salazarismo, como se ela fosse um corpo estranho ao regime... Contudo, a PIDE e, de modo geral, a estrutura policial do sistema não sofreram mudanças sensíveis. Os presídios de Caxias e Peniche continuam atafalhados de presos políticos e as medidas de segurança não foram abolidas do instrumental jurídico-repressivo. Temos a prova no caso de Alvaro Veiga de Oliveira, que terminou a pena em Dezembro e continua preso por força das "medidas" — uma monstruosidade jurídica medieval no dizer de maître Roland Weyl.

A iniciativa principal do Governo, no terreno político é, no entanto, a que envolve a transformação da União Nacional. O simples debate em torno do futuro nome do partido único do fascismo é esclarecedor sobre as intenções mistificadoras da reforma caetanista. A UN chama-se agora Ação Nacional Popular. Caetano prepara-se assim para enveredar por um caminho que Salazar nunca trilhou: o do populismo fascista, de raiz mussoliana. De acordo com os boatos difundidos pela imprensa ao serviço do regime haverá três alas na nova U.N.: a do centro, a da direita e a da esquerda. São dois os objetivos do plano de Caetano. Em primeiro lugar diminuir a influência dos salazaristas ortodoxos que até há poucos meses controlavam praticamente o partido governamental. Hoje, é cada vez maior o número de caetanistas fiéis nos postos-chaves da sua engrenagem. Por outro lado pretende-se mistificar a opinião nacional, criando em certos setores a impressão falsa de uma abertura que significaria o fim do monolitismo partidário fascista. A insinuação de que haverá uma ala esquerda na U.N. travestida de movimento de chunho popular visa concretamente a seduzir os

elementos mais conciliadores da Oposição, sempre esperanças num diálogo com o regime.

No campo econômico, a ofensiva de Marcelo Caetano desenvolve-se com idêntico dinamismo. As declarações do sr. Rogerio Martins, que publicamos noutra página, são elucidativas das preocupações táticas do chefe da ditadura portuguesa. Agora não se proclama mais, como nos tempos de Salazar, que Portugal marcha na vanguarda da Europa. Caetano dá instruções aos seus prepostos para confessarem que o País ficou para trás e precisa tirar "passaporte para o mundo moderno". Essa autocrítica não apresenta, porém, aspectos positivos. Não é intenção de Caetano transformar as estruturas fascistas do Estado português e substituí-las por outras semelhantes às dos países cujo avanço econômico, pela primeira vez é oficialmente reconhecido. Aquilo que sempre dissemos e que nos valeu as maiores injúrias dos pasquins fascistas é, agora, confessado por um membro do governo: a renda per capita de Portugal é uma das menores da Europa (apenas superior à da Albânia). O objetivo dessa confissão nada tem de patriótico. O sr. Rogerio Martins foi bem claro: "O futuro não está somente em nossas mãos". O jovem secretário de Estado voltou entusiasmado da Alemanha Federal. "Nenhum país pode subtrair-se — disse — à influência das potências que forjam o mundo".

Que pretende, afinal, Caetano com essa autocrítica de um dos benjamins do regime? O seu propósito é evidente: reforçar os laços de dependência de Portugal em relação aos grandes monopólios internacionais, sejam eles alemães, americanos, britânicos, japoneses, suecos ou franceses. Nos desdobramentos estratégicos do caetanismo, a abertura de Portugal à Europa e ao Mundo só pode ser interpretada como ato de confirmação de vassalagem perante as gigantes empresas internacionais que controlavam já a economia portuguesa. Todas as informações que nos chegam demonstram o esforço realizado pelo fascismo português nesse sentido. Um extenso relatório elaborado pelo Sub-comitê I das Nações Unidas e distribuído a 28 de Novembro de 69 mostra de forma insuspeita até que ponto Marcelo Caetano vem intensificando a política de aliança com os poderosos oligopólios e monopólios internacionais que dominam a África Austral. As coisas chegaram a tal extremo que os técnicos das Nações Unidas consideram a política de Salazar nacionalista em comparação com a de Caetano...

A resposta natural à demagogia "liberalizante" e à política de traição nacional de Marcelo Caetano é uma intensificação, em todos os níveis, da luta do povo português. A criação do Movimento de Oposição Democrática foi inevitavelmente uma grande vitória. É preciso, porém, extrair as consequências necessárias desse êxito unitário. Urge responder à ofensiva do adversário com outra ofensiva. Com audácia, com imaginação, com confiança.

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

Holandeses Condenam Colonialismo Português

No passado mês de fevereiro o colonialismo português foi discutido e unânime e condenado no parlamento holandês durante os debates sobre a política externa daquele país. Igualmente condenado foi o governo da Holanda, e em particular o seu ministro das Relações Exteriores, por não levarem às organizações internacionais, com a necessária firmeza, as posições do parlamento e a opinião dominante do povo que ele representa. Eis uma significativa passagem da correspondência recebida, dos nossos representantes sobre essa questão:

Em 10, 11 e 12 de fevereiro o Parlamento holandês realizou debates sobre política externa. Antes dos debates houve fortes pressões sobre os membros do parlamento no sentido de ser adotada uma firme posição contra o colonialismo português. 742 prelados e um grande número de organizações de juventude enviaram cartas ao parlamento. No dia da votação foram enviados telegramas por associações estudantis, escolas secundárias e também pelo sínodo da Igreja Reformada Holandesa, a maior igreja protestante da Holanda.

Estes debates foram a continuação das discussões sobre política externa realizados em fevereiro e junho de 1969, durante os quais a grande maioria do parlamento criticou veementemente a política do governo em relação à África do Sul e a Portugal, considerada como muito amigável para com este último país.

Desta vez as críticas foram mais intensas. Especialmente o ministro das relações exteriores, sr. Luns, foi censurado por não ter mudado

(Continua na pág. 7)

Estudantes Desafiam Regime

Um dos mais rotundos fracassos do regime salazarista foi nunca ter conseguido atrair ou mesmo imobilizar a juventude e os estudantes que, muito pelo contrário e de diferentes formas, foram um dos sectores que se lhe opôs continuamente. Os êxitos e a amplitude da luta juvenil tem constituído e constituem, factor de fundamental importância para a luta libertadora.

O governo de M. Caetano pode vangloriar-se, e com razão, de ter alcançado a "continuidade" da política de Salazar no que toca os estudantes portugueses: mostra-o bem a forma como reagiu às lutas de Coimbra e Lisboa em 1968 e a orientação que segue agora frente à agitação estudantil em Lisboa, nalgumas escolas em particular. E os estudantes, mesmo quando não tirem todas as conclusões que o estudo objectivo da situação implica, não foram iludidos pelas manobras da demagogia liberalizante marcelista que

estimulou o movimento reivindicativo em volta de alguns pontos centrais que o fascismo não pode esconder e muito menos resolver. Ilustram bem esta afirmação as lutas desencadeadas em Dezembro/Janeiro na Faculdade de Letras de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Instituto Industrial de Lisboa, Instituto Superior de Economicas e Financeiras e, em fevereiro na Faculdade de Direito de Lisboa.

Na Faculdade de Letras o movimento foi desencadeado em princípios de Dezembro pela decisão do MEN, de transferir o curso de Germânicas (cerca de 2.000 alunos) para um edifício na Rua Miguel Bombarda, invocando a falta de instalações da Faculdade. Esta Faculdade, como as outras, está superlotada pois os edifícios foram planejados sem previsão do aumento de estudantes havendo hoje cerca de duas vezes mais do que o máximo razoável.

A decisão do MEN provocou um movimento unânime de indignação. Foi distribuído um Comunicado dos estudantes onde se demonstrava a improvisação da medida, os inconvenientes de toda a ordem, desde a utilização dum edifício destinado a um colégio, e em que se denunciava a intenção do MEN de dispersar os estudantes, evitando a sua união, pretendendo por outro lado introduzir reformas tecnocráticas no curso de Germânicas que transformassem o ensino num curso de aperfeiçoamento de inglês e alemão.

A Reunião Geral de Alunos, com a participação de centenas de estudantes, colocou estas questões e outras relativas ao ensino e instalações, resolveu por unanimidade marcar greve de um dia como protesto. A greve foi totalmente seguida e com a simpatia de

(Continua na pág. 7)



Jovens dizem não á guerra

Apesar de todos os crimes do colonialismo contra as populações guineenses, o PAIGC continua dispensando um tratamento humanitário aos prisioneiros de guerra, numa demonstração de que não confunde o povo português com o fascismo colonialista. A imagem mostra Amílcar Cabral, secretário geral do PAIGC, recebendo dois jovens militares portugueses — MANUEL VAZ e FERNANDO FONTES — que desertaram das suas unidades, por se recusarem a colaborar nas chacinas de uma guerra monstruosa.

A GRAVIDADE DO PROBLEMA DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL

MANUEL TEIXEIRA RUELA

O problema da habitação no nosso país, daria só por soma série de volumosos tratados, através dos quais ficaria bem patente toda a pobreza, falta de higiene, promiscuidade de pessoas e de pessoas com animais, falta de conforto, casas mal construídas, enfim, todo um sudário de conflagradas condições de alojamento que traduzem a miséria em que são obrigadas a viver, larguíssimas camadas do nosso Povo.

Sabendo-se através dos Censos da População feitos pelo Instituto Nacional de Estatística que em 1940 existiam em Portugal... 1.980.334 habitações e que esse número subiu para 2.200.332 em 1960, isto significa que naquele espaço de vinte anos foram construídas 219.998 residências, o que corresponde à média de 11.000 construções anuais, para nelas se albergarem famílias.

Uma divisão	6%
Dois divisões	14,9%
Três e quatro divisões	39,3%
Cinco ou sete divisões	28,5%
Oito e doze divisões	9,5%
Treze e vinte divisões	1,8%
Vinte e uma a cinquenta divisões	0,4%

Daqui se conclui que os fogos com uma, duas ou quatro divisões, existiam na percentagem total de 50,2%. Como pelo mesmo Censo se ficou sabendo que cada família portuguesa era constituída em média por 4,2 pessoas, a relação entre número de cohabitantes e de divisões habitáveis, demonstra a relativa promiscuidade imposta por metade das habitações existentes nessa altura em Portugal.

Se acrescentarmos que 21% dos agregados familiares que então existiam, habitavam em casas com uma ou duas divisões apenas, conclua-se acerca da promiscuidade em que eram forçados a viver, 1.602.049 indivíduos...

O Censo populacional de 1960, informa-nos que 25% das famílias portuguesas — precisamente... 575.400 — viviam nas seguintes condições:

■ 31.000 famílias habitavam em casas improvisadas, quer dizer, nas barracas dos tristemente célebres "Bairros da Lata", onde na maior parte dos casos, num pequeno e imundo compartimento se alberga uma família inteira.

■ 214.700 viviam em partes de casa, o que — como no caso precedente — significa promiscuidade que também se verifica nas 329.700 famílias que habitavam em casas super-lotadas.

Em Lisboa, em 1950, para que as famílias lá residentes tivessem um lar decente, seria necessária a construção de 115.000 habitações, o que significa que mais do que a quarta parte da população da Capital, vivia em precárias condições de alojamento, e nos "Bairros da Lata" aí existentes albergavam-se 10.918 famílias pobres de trabalhadores, num to-

Mas como através da consulta dos "Censos" a que nos referimos, se fica sabendo que naquele espaço de tempo o número das famílias constituídas aumentou para... 545.387 — o que equivale a um aumento anual médio de 27.269 agregados familiares — podemos concluir que quanto a promiscuidade a situação piorou muitíssimo de 1940 para 1960, porquanto, o ritmo de novas construções para habitação ficou muito aquém do crescimento populacional e familiar.

Já em 1940 este problema era angustiante. São as próprias estatísticas oficiais que nos informam que nesse ano e no que diz respeito ao número de divisões das casas de habitação em Portugal, as coisas passavam-se da seguinte maneira:

Casas com:

tal de 43.470 pessoas, ou seja, o dobro em relação a 1950.

Na cidade do Porto, em 1964, existiam 1.939 "ilhas" que são ou antros infectos, onde vivia e continua a viver gente...

Portanto é em conclusão desta primeira parte e no que diz respeito à promiscuidade, se em 1940 as razões que a condicionavam eram aquilo que se demonstrou, demonstrou-se também que em 1960 após o decorrer de vinte anos de des governação fascista, terá aumentado essa mesma promiscuidade devendo ainda acrescentar-se que, se pelos motivos atrás apontados o leitor ficou devidamente esclarecido para a demonstração que temos estado a fazer, um factor mais, devemos acrescentar.

Em 1940, a média de pessoas que compunham cada agregado familiar convivente, era de 4,2 — como já dissemos — o que corresponde a um índice de 92,2. Em 1960, esse índice passou para... 98,7%, o que quer dizer que aumentou o número de indivíduos que constituem uma família que habitava sob o mesmo teto.

A acrescentar ao factor promiscuidade já existente, o facto de durante vinte anos não terem sido construídas as habitações necessárias para albergarem decentemente todas as novas famílias que se constituíram — por seu turno mais numerosas do que então, são a prova fiel de que neste aspecto, durante esse período, pioraram muito e muito, as condições de habitação do Povo Português.

E o quadro que segue, composto a partir de elementos extraídos dos Censos Populacionais a que nos temos vindo a referir, demonstra-o à evidência.

Anos:	Casas sem água canalizada:	Casas sem esgotos:	Casas sem electricidade:	Casas sem casa de banho:
1940	31%	27%	—	56,3%
1960	71%	61%	60%	81%

Como segunda conclusão e dentro da lógica mais cristalina, teremos que deduzir que as novas casas construídas em número in-

suficiente para o crescimento populacional português no período dos vinte anos a que nos referíamos, ainda por cima apresentam

as gravíssimas deficiências expressas neste último quadro, porquanto, aumentaram muitíssimo as percentagens de habitações sem esgotos, sem água canalizada e sem banheiro.

Anos:	População:	Famílias:	Aumento populacional:	Aumento do número das famílias:
1940	7.722.152	2.047.439	—	—
1960	8.851.000	2.356.932	+1.128.848	+545.000
1966■	9.335.400	—	+484.400	—

■ População calculada para o meio do ano.

Da análise deste quadro, ressalta o seguinte:

Enquanto que num largo período de vinte anos (1940-1960) se registrou entre nós um aumento populacional de 1.128.848 indivíduos, num curto espaço de cinco anos e meio (1960 à meados de 1966), a nossa população aumentou em quasi meio milhão de habitantes, factor que só por si veio tornar mais intensas e penosas as condições de promiscuidade já existentes em 1960, uma vez que, se mais razões não existissem, o sorvedouro da Guerra Colonial a adicionar-se à des governação fascista, são causas suficientes e bastantes para que ninguém possa acreditar que em paralelo com o grande surto demográfico registrado nestes últimos anos, tenham sido construídas no nosso País em número suficiente, casas de habitação dignas desse nome.

O fascismo nunca se interessou pela política de construção de habitações, na medida em que, aquilo que neste aspecto terá sido realizado pela Federação das Caixas de Previdência, Casa dos Pescadores e por algumas poucas empresas monopolistas que possuem pequenos "Bairros Operários" para "estrangeiro ver", tem o sabor da mais pura demagogia.

Numa exteriorização de fachada que pretende esconder todo o resto que não fizeram, e aquilo que fizeram ou deixaram fazer mal feito.

E tudo continua na mesma, porquanto, no 1.º Plano de Fomento, num total de 123.001 milhares de contos adjudicados a vários sectores de actividade, apenas foram concedidos 6,5% daquela verba (8.050 milhares de contos) para "Habitação e Urbanização, sem que se saiba quanto caberá a uma delas e quanto virá a caber à outra.

Com os preços que atingiram os materiais de construção e com

Consequentemente, ao factor promiscuidade adicionou-se o factor "falta de higiene" em milhares de habitações em Portugal.

Não dispomos de números estatísticos oficiais, para podermos ajuizar do estado actual da habitação no nosso país. Só este ano será feito o novo censo da população. Contudo, sobram-nos razões para podermos ter a certeza de que o problema da habitação no nosso País, terá piorado ainda mais, de 1960 para cá.

Através do quadro que segue, poderemos justificar aquilo que afirmamos.

o negócio especulativo que as próprias Câmaras Municipais fazem com terrenos baldios ou que expropriam por utilidade pública e que posteriormente vendem por elevado preço, a verba acima citada inscrita no III.º Plano de Fomento e naquilo que vier a caber à construção de novas casas de moradia, não irá pelos motivos expostos modificar o dramático panorama existente.

Portugal, é o País da Europa onde menos se constrói em matéria de habitações.

E a confirma-lo, apresentamos o quadro que segue, no final do artigo, composto a partir de elementos extraídos do n.º 26/Fevereiro de 1967, da Revista "L'Observateur de l'O.C.D.E."

Ao olharmos todo este conjunto de países e de números que se alinham, fácil é constatar que como habitualmente, vamos na cauda do cortejo...

Países com uma taxa de crescimento populacional igual à nossa ou pouco superior, constróem para habitação, muitíssimo mais do que se constrói em Portugal.

Só a Irlanda tem um índice de construção de moradias ligeiramente inferior ao nosso (9/10), mas convém realçar que no quadro que apresentamos este País é

Países	Taxa de crescimento populacional entre 1955-1965. (%)	Casas de habitação construídas (índice referente a 1.000 hab.)
Suécia	+0,6	12,5
Suíça	+1,8	10,2
República Federal Alemã	+1,2	10
Países Baixos	+1,3	9,3
Espanha	+0,8	8,9
Dinamarca	+0,7	8,5
França	+1,2	8,4
Itália	+0,7	8,1
Noruega	+0,8	7,5
Reino Unido	+0,6	7,3
PORTUGAL	+0,6	4,9
Irlanda	-0,2	4,0

Compra o n.º 10 da Revista "Paz e Terra" e envia-o para Portugal

o único que no período dos dez anos que serviram para este estudo da "O.C.D.E.", apresenta um saldo demográfico negativo, isto é, a sua população residente diminuiu, ao contrário do que se registrou nos restantes países que constam do quadro.

Se a todos estes factores atrás expostos adicionarmos a existência de uma lei de Inquilinato que permite a imposição de elevadas rendas que todos os meses levam para os Senhores elevada percentagem do ordenado ou salário dos inquilinos, teremos o factor "exploração legalizada", a juntar-se a todos os restantes que citamos.

No que diz respeito ao "Problema da Habitação em Portugal" é este o saldo tremendamente negativo que o fascismo orgulhosamente apresenta ao País e ao Mundo, após quarenta e três longos anos de permanência no Poder.

De resto, de um "Poder Político" didatorial ao serviço do "Poder dos Monólios", ninguém poderia esperar outra coisa.

Se tudo tem ido de mal para pior, o "Problema da Habitação" — um problema angustiante para o nosso Povo — não poderia fazer excepção à regra geral da governação fascista...



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

Nolas e comentários

A POLITICA DE "ABERTURA" DE CAETANO

O texto de Elena de la Souchère que transcrevemos em nossa secção de Imprensa foi extraído de um longo artigo publicado na última página de "Le Monde Diplomatique" sob o título: "A política de abertura de M. Caetano é travada pelos nostálgicos do salazarismo". Embora a autora seja uma jornalista cuja solidariedade à luta do povo português não pode ser posta em dúvida, o próprio título dá-nos logo uma idéia do conteúdo. Elena de la Souchère não escapou, como outros amigos de Portugal, à confusão provocada pela propaganda insidiosa que visa a apresentar Marcelo Caetano como um homem de vocação liberal tolhido pelas forças mais retrógradas e obscurantistas do regime. Ora essa convicção é como os fatos o demonstram, inteiramente divorciada da realidade.

De qualquer modo o artigo — e especialmente o trecho reproduzido — é muito importante pela confirmação que traz a denúncias repetidamente formuladas pela oposição democrática portuguesa. É bom que um jornal com a influência de "Le Monde" lembre que a construção da harragem de Cabora-Bassa veio reforçar o poder cada vez maior do complexo militar-industrial gerado pela guerra colonial. Todos os disparates diariamente difundidos pela imprensa fascista portuguesa não podem mascarar o fato real de que o controle de gigantescas empresas, como a Anglo American Corporation, sobre as duas principais colônias, se acentua dia a dia em íntima colaboração com a ascensão da casta militar associada ao capital monopolista nacional.

O erro de Elena de la Souchère está em admitir que Caetano é uma vítima impotente dessas forças. Na realidade, o sucessor de Salazar deve ser encarado como seu aliado perfeitamente consciente. O fato de ter sobre a evolução da conjuntura política colonial idéias diferentes de elementos como Jorge Jardim e Champalimaud não significa que o sucessor de Salazar seja menos colonialista do que esses senhores. Caetano é apenas mais realista. Sabe que não existem condições objectivas para uma "declaração de independência unilateral" em Moçambique e age em conformidade. Um golpe nesse gênero podia ser fatal. Caetano tem plena consciência de que o domínio da minoria branca em Moçambique depende da presença do Exército português — ao contrário dos rodesianos que não dependiam das forças armadas inglesas — e que na colônia há apenas 1 português para 40 africanos. As suas metas tímidas, em maté-

ria de descentralização, não resultam assim das pressões dos ultras, mas fundamentalmente de um realismo criminoso que o leva a querer ganhar tempo. Cabora-Bassa é, a seus olhos, o trampolim para um povoamento branco em larga escala. No essencial o fascista-colonialista Caetano dos anos 30 e 40, ideólogo do colonialismo, é o mesmo Caetano de hoje, empenhado em criar condições para a fixação de um milhão de portugueses no vale do Zambeze, com o fim de reforçar as fronteiras do bastião branco da África Austral.

Não negamos a existência de divergências entre Caetano e os ultras de Moçambique e Angola. Mas elas incidem sobre a forma e não sobre o fundo da questão colonial. Enquanto os Jardim e os Castro Fernandes agem em função dos seus interesses imediatos, Caetano pensa em termos históricos, mantendo-se intransigentemente fiel aos seus fins criminosos. É certo que não se apega como Salazar aos slogans da nação "una e indivisível". Mas apenas porque sonha em dotar Moçambique e Angola da base demográfica europeia que as transforme em rélicas da África do Sul. Seu sonho orienta-se cada vez mais no sentido da criação de duas futuras Repúblicas escravocratas copiadas do modelo africano. O fortalecimento do complexo militar-industrial e a subordinação cada vez maior da economia nacional aos grandes monopólios estrangeiros são consequências dessa política.

O FASCISMO CONTRA OS POETAS

Dentro de dias, a 17 de março, seis poetas portugueses comparecerão perante um tribunal de Lisboa, a fim de serem julgados por "crime de abuso de liberdade de imprensa". O que primeiro choca no despacho de pronúncia é o eufemismo da acusação. É simplesmente absurdo que alguém seja julgado por abusar daquilo que não existe em Portugal: a liberdade de imprensa!

Mas tudo, absolutamente tudo, na acusação é grotesco. Os réus são Natalia Correia, de 44 anos; Mário Cesariny de Vasconcelos, de 44; Luis Pacheco, de 41; José Carlos Ary dos Santos, de 30; Francisco Esteves, de 45; e Ernesto de Mello e Castro, de 35. O editor é Fernando Ribeiro Bento de Melo, de 26 anos. O crime praticado por esse pequeno grupo de intelectuais é o de terem selecionado e editado uma antologia de poemas portugueses eróticos e satíricos. Embora a maioria das obras escolhidas seja de autores clássicos, estudados nos liceus e nas Universidades portuguesas, o Ministério Público considerou a iniciativa atentatória "à decência, à moral pública e aos bons costumes". Entre os autores in-

Soldados com 16 Anos um crime de M. Caetano

CASSIANO BESSA

Foi com espanto geral que o povo português tomou conhecimento da notícia de que doravante serão aceitos no Exército, como voluntários, adolescentes de 16 anos.

Estaremos perante mais um sinal da "liberalização" caetanista? Não. Essa medida, gravíssima de consequências para a Nação portuguesa, é apenas um indicio significativo da situação de crise do fascismo português.

Como é do conhecimento geral, a parcela de poder que em Portugal cabe aos portugueses está nas mãos dos monopólios que são controlados por umas poucas centenas de famílias. Entre eles figuram a CUT, a SACOR, os Bancos, as companhias de navegação, parte do setor de seguros, etc. Para que esses monopólios portugueses (não falamos já dos estrangeiros, ainda mais fortes e todo-poderosos no nosso País) continuem a ter lucros astronómicos é indispensável a manutenção da exploração colonialista. É da África que vem o poder financeiro (formidável à escala portuguesa) do fascismo, que consegue manter uma das mais numerosas — se não a mais numerosa — forças de repressão no Continente e ainda 150.000 soldados nas colônias.

Daí a exploração da nova medida. O fascismo precisa de mais "carne para canhão". E quanto mais ingénuo tanto melhor! Sim, porque até agora a incorporação de mancebos com 20 anos parece já não ser suficiente, nem eficiente... Por um lado, um jovem com 20 anos tem opiniões mais ou menos formadas, já pensa. Mesmo com 18 anos já pode considerar-se responsável, embora a própria (e vergonhosa) lei eleitoral fascista não lhe dê direito de voto antes dos 21. Daí o fato de não se apresentarem à incorporação 50% dos mancebos que o deveriam fazer, por terem escapado para França.

Dos que ficam na tropa e vão para África são conhecidas as resistências, deserções, e mesmo recusas de sair para o mato. Porque com 20 anos já se sabe distinguir entre uma guerra justa e uma guerra criminosa, entre a justiça e a injustiça, e cada vez mais os jovens dizem NAO ao crime e ao assassinio de populações africanas.

Mas com 16 anos não pode haver dúvida: é-se ainda ado-

cluidos na antologia figuram trovadores medievais, Luís de Camões, Nicolau Tolentino e Guerra Junqueiro.

O processo arrastou-se durante quase cinco anos desde o lançamento da obra, que foi apreendida pela PIDE dias depois de aparecer nas livrarias de todo o País. Os meios intelectuais e estudantis reagiram com indignação e mais esta demonstração de obscurantismo do regime, mas a Censura recebeu instruções para impedir qualquer debate a respeito do assunto nas colunas da imprensa.

Eis mais uma amostra do "liberalismo" de Caetano.

lescente, incompletamente formado física e mentalmente. Sob todos os pontos de vista, mas principalmente sob o aspecto humano, sociológico, a incorporação aos 16 anos é um crime contra a Nação, um crime contra a Humanidade. Na sua inconsciência esses adolescentes crer-se-ão num filme de *Cow-boys* matando índios a torto e a direito, completamente fora das realidades da vida. E ficarão marcados para sempre.

Pensando bem, para que os limites de idade nos filmes em Portugal, para que as classificações de "para adultos" e "para maiores de 18 anos"? Ou será essa última classificação só para os filhos dos tubarões que devem ser protegidos?

Um edital da Direcção do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército estabelece que todos os mancebos que, em 1970, completam 17, 18, 19 ou 20 anos, bem como os que prefaçam 16 anos até 31 de Março, sabendo ler, escrever e contar (mas não tendo o 2.º ciclo liceal ou equivalente) podem ser incorporados no Exército, como voluntários, em 1970.

Deverão fazer um requerimento que, acompanhado de uma certidão de nascimento, deverá ser entregue na unidade mais próxima da sua residência, até 20 de Novembro próximo.
Do "Diário de Lisboa"

O jovem volta deformado da guerra pelo que viu fazer — as torturas, o sangue derramado, o assassinio a frio de mulheres e crianças. Volta um criminoso, um inútil para a sociedade. Perdeu um tempo precioso, num período em que deveria andar na escola secundária a instruir-se, num período em que se desenvolvem no ser humano as mais belas idéias. Chega a Portugal e não tem emprêgo nem formação profissional. Só lhe resta uma solução: emigrar. Vai construir em terra alheia o que deveria construir no País... Vai juntar-se à legião dos milhões de desterrados que por esse mundo afora cumprem o calvário do povo português...

E o que interessa ao ex-administrador do Banco Nacional Ultramarino e ex-comissário da Mocidade Portu-

guesa, ao sr. Marcelo Caetano e aos seus amigos gerentes de outros brancos, aos proprietários de fábricas e grandes empresas, aos seus amigos fuscistas, toda essa tragédia da juventude e do povo português? Desde que os lucros continuem a crescer e que haja dinheiro e créditos estrangeiros para a manutenção das forças repressivas, o resto é com eles...

Tudo leva, portanto, a crer que o *bufo-mór* Caetano (a Mocidade Portuguesa é mais conhecida pelo apelido de *Bu-fa*) se prepara para alterar a lei de incorporação no exército, baixando para 18 anos a idade da entrada nas fileiras, idade essa que até agora era a idade mínima para os voluntários.

Lembre-mos de que Hitler, no final da Guerra, mandou recrutar "soldados" de 13 e 14 anos. Nós já não estamos tão longe!...

DR. MARIO SOARES

Em Fevereiro, de passagem para outros países da América Latina, esteve alguns dias no Brasil o dr. Mário Soares, candidato a deputado pela lista de Lisboa da C. E. U. D. nas últimas "eleições". Durante a sua breve estada o dr. Mário Soares visitou, no Rio de Janeiro, a delegação do Centro Republicano Português e, em São Paulo avistou-se com correligionários seus, que lhe hipotecaram solidariedade em comunicado divulgado pelo "O Estado de S. Paulo". O mesmo jornal, no dia 1 de Março, publicou uma entrevista com aquele destacado oposicionista na qual ele expôs os seus pontos de vista sobre a conjuntura política portuguesa e o problema colonial.

Na mesma data o "Correio da Manhã" publicou uma entrevista semelhante concedida pelo dr. Mário Soares ao jornalista Paulo de Castro.

Portugal Democrático

Portugal Democrático continua atravessando uma situação muito difícil. Não fossem alguns generosos donativos do Exterior e não teríamos podido editar este número.

Um industrial democrático português — cujo nome não divulgamos por motivos óbvios — enviou-nos 3.000 escudos, num gesto que muito nos impressionou. Por outro lado, o Grupo de Amigos de Portugal Democrático da França remeteu-nos 260 francos, dos quais 100 constituiram oferta de dois Comités de Ajuda à Luta do Povo Português: o Comité Militão Ribeiro e o Comité de Pantim. Os outros 160 foram enviados pela Comissão Central da FPLN em França.

AMIGO DA EUROPA OU
DA AMÉRICA:

DIVULGAR

"43 ANOS DE
FASCISMO EM
PORTUGAL"

É COLABORAR NA
LUTA CONTRA O
CAETANISMO

PREFACIANDO DAVIDSON

AMILCAR CABRAL FALA DA LUTA DO SEU POVO

"Portugal Democrático" já se referiu ao lançamento do livro de Basil Davidson sobre a "Guiné, uma Revolução Africana", editado pela Penguin Books e já traduzido em vários países. Publicamos hoje o comovedor prefácio que Amílcar Cabral escreveu para essa obra, sem dúvida a mais importante até agora publicada por um escritor não africano sobre a heróica luta de libertação dos povos das colónias portuguesas.

Talvez ainda seja cedo demais para escrever a história da luta de libertação dos povos das colónias portuguesas. No entanto, aqueles que o fizeram um dia, não poderão esquecer um facto que marcou de maneira característica o desenvolvimento desta luta, tanto na sua dinâmica interna como em sua relação com o mundo exterior: o "muro de silêncio" levantado pelos colonialistas portugueses à volta da situação de nossos povos. E isto no preciso momento em que através do continente, começava a soprar o "vento das mudanças", anunciando o acordar da África e a volta à História das sociedades africanas.

Introduzindo apressadamente algumas alterações na Constituição portuguesa, com o fim de fugir às obrigações da Carta das Nações Unidas, o colonialismo fascista de Portugal também cortou todas as possibilidades de informação não oficial a propósito de suas "Províncias Ultramarinas". Uma potente máquina de propaganda foi posta em funcionamento, com o fito de convencer a opinião internacional de que nossos povos viviam nas melhores condições do mundo, de que éramos felizes como portugueses de cor, cujo único sofrimento era a nostalgia da branca mãe-pátria, separada pela fatalidade geográfica. Assim foi criado um mito. E, como para todos os mitos, sobretudo quando dizem respeito ao domínio e à exploração dos povos, não faltaram "homens de ciência" entre eles um sociólogo reputado, para lhe dar uma base teórica: o "lusotropicalismo". Gilberto Freyre, confundindo, talvez involuntariamente, "realidades (ou necessidades) biológicas" com "realidade socio-económicas" (históricas), tinha feito de todos nós, povos das colónias-províncias de Portugal, os felizes habitantes do paraíso luso-tropical.

Esta anedota demonstra o sucesso de tal propaganda: durante a primeira Conferência dos Povos Africanos em Tunis, em 1960, tivemos certa dificuldade em fazer ouvir nossa voz. Um delegado africano, a quem tentávamos expor a situação de nossos povos, nos dizia com toda a simpatia: "Oh, vocês, vosso caso é diferente. Não têm problema dão-se muito bem com os portugueses". Isto contribuiu para que compreendessemos que deveríamos contar em primeiro lugar com nós mesmos. E intensificamos a batalha para a denúncia do colonialismo português, para quebrar o muro de silêncio e de mentiras que cerca nossos povos.

Alguns anos antes (1955), um homem tinha tido a coragem de não crer sem primeiro ver com seus próprios olhos, e a audácia de enganar a vigilância portuguesa, de passar o muro. Era um inglês, o escritor Basil Davidson que, denunciando em "African Awakening", por meio de provas irrefutáveis, o trabalho forçado e

a discriminação racial em Angola, atraiu a atenção mundial sobre a tragédia colonial vivida por nossos povos. Nessa altura, quando ainda fazíamos nossos primeiros passos, quando nos sentíamos extremamente sós e sem nenhuma possibilidade de nos fazer ouvir no estrangeiro, a denúncia feita por Basil Davidson teve uma influência significativa sobre nós, estimulando aqueles que estavam decididos a ir adiante e encorajando os hesitantes. Se devido a isso, o autor é credor de nossa gratidão fraternal, sua melhor recompensa terá sido, certamente, o processo que lhe moveu o governo de Salazar.

Quando em 1960 decidimos reforçar nossa ação no plano internacional, encontramos o melhor apoio possível por parte de Basil Davidson, quando de nossa estada em Londres, onde a indiferença do "meio" para com as colónias portuguesas era quase total. Basil Davidson teve nessa ocasião a amabilidade de escrever a introdução das "notas sobre os factos do colonialismo português", editados pela "Union of Democratic Control".

Eis porque consideramos como um acontecimento moral e necessário a presença de Basil Davidson entre nós, neste momento decisivo da história de nossos povos que, em três frentes de luta armada, fazem face à guerra colonial de genocídio levada a cabo pelo governo português contra a África. Pioneiro e veterano da questão colonial portuguesa, Basil Davidson não voltará as costas a esta realidade máxima da história de nossos povos: a contestação armada do colonialismo português. Ele estava informado, bem documentado, mas, como no passado, preferiu ver com seus próprios olhos, tirar suas próprias conclusões. Veio a nosso país e, estamos certos, irá a Moçambique e a Angola. Com base na visita feita à Guiné e nas informações que pôde obter, escreveu este livro cujo prefácio nos propôs que escrevêssemos.

Ninguém poderá acusar o autor de falta de objetividade. Pelo contrário. Aceitou todos os riscos, todas as fadigas, para verificar pessoalmente a realidade vivida atualmente por nosso povo. Veio três vezes a nosso país, onde permaneceu o tempo que podia, falou com quem quis, e viveu a realidade cotidiana de nossa vida e de nossa luta. Tomámos os mesmos barcos e as mesmas pírogas, os mesmos caminhos no mato e assistimos as mesmas reuniões; bebemos na mesma cabaça, comemos nos mesmos pratos e atravessámos os mesmos intermináveis rios do sul den osso país; enterrámos-nos na mesma lama, lavámos-nos na mesma água, deitámos-nos e levantámos-nos à mesma hora, escoltados pelos mesmos combatentes. Fomos picados pelas mesmas formigas, bombadeados pelos mesmos aviões, e os mesmos mosquitos serviram de traço de união entre

nossos sangues. Admirámos as mesmas paisagens singulares de Boé, vimos a mesma caserna portuguesa, sujamos nossas roupas com a mesma terra avermelhada, vermelha como o sangue de nossos combatentes e dos soldados portugueses.

Mas a Europa, cartesiana e super-desenvolvida, quer a objetividade mais objetiva, onde há uma guerra: sangue e cadáveres. Os aviões vieram, boa sorte, má sorte, e bombardearam todos os dias. Vimos as mesmas aldeias destruídas, as mesmas populações fugindo dos bombardeamentos, os mesmos cadáveres de pessoas queimadas pelo napalm, o mesmo combatente queimado ao 3.º grau, mas vivo, as mesmas bombas "made in USA", deitadas por aviões "made in Germany", guiadas por rádios "made in England", instaladas em canhoneiras ou fragatas "made in France". Debaixo de fogo, e no meio dos mesmos campos em chamas, comovemos-nos com a coragem e a determinação dos mesmos combatentes.

E agora podemos dizer: felizmente, infelizmente que houve mortos e feridos, aldeias destruídas, incêndios, muitos incêndios, porque senão que interesse teria tido esta visita, além de uma simples experiência pessoal? Como convencer seus co-cidadãos, os tão fleugmáticos ingleses, a Europa tão desconfiada, a tão respeitada redação do Time, a opinião tão conhecedora, se não tivesse havido cadáveres com nome e tudo, bombas com número de origem e tudo, um queimado ainda vivo com grau de queimadura e tudo? Obrigado aos criminosos aviadores portugueses de terem vindo nestes últimos dias, durante esta visita. Mas outras realidades objetivas ficaram na sombra. As flores de Quitafina, por exemplo. Sim, existem as flores, mas não tivemos tempo de lhes mostrar. É pena! Flores azul-amarelo-lilás, como o arco íris, vermelhas como o pôr do Sol, brancas (não como os colonos), brancas e puras como a pomba de Picasso. Havia também Lebeta Na N'Kanhe, não a responsável do Partido, mas a mulher, a que foi uma jovem rebelde e elegante como uma gazela, que se tornou mãe de família, esposa que influencia o destino do marido e produtora de arroz. Não houve tempo; você não falou com Lebeta, a mulher. Notou a cor de seus olhos a doçura de seu sorriso e o ritmo de seus gestos? Não houve tempo para falar, salvo sobre a luta. Será que a luta, mesmo que seja a mais justa como a nossa, tem o direito de monopolizar o tempo, de não deixar ouvir a voz de Lebeta, a mulher? Senhor jornalista, nosso caro hóspede, quantas mulheres tem? Só uma? Sim, disseram-me que era bonita e inteligente. Não olhe os meus pés, eles estão comidos pela lama salgada dos pântanos; não olhe minhas mãos, estão cheias de cicatrizes ganhas durante as colheitas de arroz. Olhe os meus olhos e verá o passado, o presente e o futuro das mulheres de meus país.

Também havia crianças. Não só aquelas que viu, bem vestidas,



A gravura mostra um artilheiro do Exército de Libertação da Guiné no seu posto de combate, algures numa área libertada, pronto a fazer funcionar uma moderníssima peça anti-aérea. Imagens como esta são o melhor desmentido oposto aos comunicados do estado-maior de Spínola, que teimam em apresentar os combatentes do PAIGC, como bandoleiros que realizam incursões a partir da Guiné e do Senegal.

bem alinhadas e cantando, com a voz da esperança, o hino de nosso Partido, de nossa nação em gestação. Crianças sem roupa, marcadas pela sub-nutrição, que não conhecem os brinquedos e cujos grandes ventres, roídos pelos vermes, são como as bolas das crianças de seu país. Você não teve tempo suficiente para falar com nossas crianças. Elas falam do Partido, da luta, dos colonialistas e das armas de toda a espécie. Elas fazem perguntas embaraçosas: "Vimos nas revistas as crianças dos países dos brancos. Elas são felizes e não têm grandes ventres. Por quê?" Mas, apesar da luta, continuam sendo crianças, as flores da inocência, a razão de nosso combate e o futuro de nosso povo.

Você viu velhos, simples militantes ou responsáveis do Partido. Suas barbas brancas sobre a rocha negra de suas caras. Isso lembrou-lhe a neve no alto das montanhas de seu país? Não é mau: é a neve da experiência que nenhum Sol pode derreter, e que nós respeitamos mesmo se a razão dialectica nem sempre está de seu lado. Eles são nossos museus, nossas bibliotecas, nossos livros de História e o presente de nosso passado. Eles fizeram bons discursos: "A luta era uma grande mentira que se tornou verdade". Souberam crer na mentira para a transformar em verdade. Apesar das dúvidas, apesar das marcas indeléveis do colonialismo, em seus espíritos como em seus corpos. Só pensam no futuro, mas ainda se admiram com a realidade do presente. Como foi possível unir toda a gente, fazer marchas juntos, como um único homem, os diversos grupos técnicos de nosso país. Escute os velhos: "Isso não pode ser obra dos homens, é obra de Deus". Talvez tenham razão, se ante todas as ameaças, podermos conservar e consolidar esta arma principal de nossa luta: a unidade de nos-

so povo, de todas as etnias e de todas as camadas sociais.

Você admirou a grandeza de nossas florestas tropicais, que abrigam nossos combatentes, que protegem nossas populações e o protegeram dos bombardeamentos criminosos dos colonialistas portugueses. Presentemente, as florestas são uma força para nosso povo e para a luta. Antes, eram uma fraqueza, porque tinham medo das florestas, bastões-sagrados dos "irãos" e dos espíritos de toda a espécie. Hoje, já não temos medo das florestas, conquistamo-las, mobilizámos e organizámos os espíritos para a luta, transformámos esta fraqueza em força. É isso a luta: transformar as fraquezas em forças.

Além dos feridos, dos cadáveres, dos aviões inimigos, das bombas dos combatentes, dos dirigentes, dos militantes e do Partido, quantas realidades objetivas! Aqui, no nosso país — compreendeu? — tudo é uma realidade objetiva. As mulheres, as crianças, os homens, as árvores, os espíritos, os choros, os sonhos e mesmo os mortos. Porque somos uma sociedade de vivos e mortos, e isso não é uma fraqueza. Pelo contrário, é uma força, face aos sacrifícios que devemos fazer.

É a partir da realidade concreta de nosso país e de nossa sociedade, que conseguimos criar a situação que prevalece em nosso país. Não gostamos da guerra, mas esta luta armada tem suas vantagens. Através dela estamos forjando uma nação sólida e consciente dela mesmo. Libertamos mais de dois terços de nosso território nacional, vamos acabar a libertação da Guiné e vamos certamente libertar as ilhas de Cabo Verde. Construímos pouco a pouco nosso Estado. Nossa situação

(CONT. NA PAG. 6)

A U.D.P. Dirige-se à Comissão dos Direitos do Homem da O.N.U.

Durante muitos anos, dezenas de anti-fascistas portugueses foram vítimas de uma das formas mais odiosas de perseguição de que a ditadura salazarista podia lançar mão contra os seus adversários emigrados: a recusa de passaporte. No Brasil, graças a uma grande campanha de denúncias levada a efeito nas colunas da imprensa de São Paulo — campanha que forçou as autoridades consulares a vir a público dar satisfações, cobrindo-se de ridículo — os democratas portugueses alcançaram uma apreciável vitória e o governo teve que recuar, concedendo passaportes comuns à maioria. O mesmo aconteceu noutros países. Hoje, quase todos os emigrados políticos possuem passaportes, podendo deslocar-se livremente em dezenas de países. A vitória, assinalada, não foi fácil, pois os democratas em causa tiveram de cumprir uma interminável e abusiva série de formalidades e esperar, por vezes durante meses, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros respondesse aos requerimentos que, por exigência dos Consulados, era necessário endereçar-lhe.

Ainda o escândalo dos passaportes

Entretanto, a política das discriminações subsiste. Há ainda anti-fascistas aos quais continua sendo negado passaporte comum. Um deles é o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues, cuja vida como jornalista profissional é gravemente afetada pela recusa de um passaporte que lhe permita deslocar-se a outros países. O caso já foi exposto nestas colunas, mas teve novos desdobramentos.

A DENUNCIA DA U.D.P.:

A respeito do caso, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviou ao presidente da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas a seguinte carta:

"Junto temos a honra de encaminhar a V. Exa. documentos comprovadores da prática pelo Governo Português de medidas discriminatórias incompatíveis com o art.º XIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem que assegura a qualquer ser humano o direito de locomoção.

A decisão do Governo Português de negar passaporte comum ao sr. Miguel Urbano Rodrigues é tanto mais odiosa quanto, tratando-se de um jornalista, o impedimento de viajar lhe cria graves restrições ao exercício das suas funções profissionais. Em janeiro — incumbido de realizar uma reportagem na América Latina — fez nova diligência para que a validade do seu passaporte (válido exclusivamente para Portugal) fosse tornada extensiva a vários países latino-americanos. O governo português, entretanto, segundo informações comunicadas ao interessado pelo Consulado de Portugal em São Paulo, no dia 13 de Fevereiro, indeferiu mais esse requerimento. O fato prova que

o governo do sr. Marcelo Caetano, exatamente como o do sr. Oliveira Salazar, continua a desprezar os compromissos assumidos internacionalmente, violando os direitos mais elementares da pessoa humana. Cabe esclarecer que o sr. Miguel Urbano Rodrigues nunca foi condenado pelos Tribunais portugueses ou de outro país e não existe contra ele qualquer processo em curso.

A unidade Democrática Portuguesa, em decorrência do exposto, solicita de V. Exa. que, nos termos das alíneas b) e e) do § 2.º da Resolução 728 F (XXVIII do Conselho Económico e Social) esta comunicação seja submetida ao plenário da Comissão para que o mesmo aja em conformidade.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. os protestos de nossa elevada consideração."

UMA DOCUMENTAÇÃO IRRESPONDÍVEL

Além da fotocópia do despacho Consular, com o selo oficial — que o nosso jornal já reproduziu em sua edição de março e que confirma a decisão do Governo de Marcelo Caetano de negar passaporte comum ao nosso companheiro — a U.D.P. remeteu igualmente à Comissão dos Direitos do Homem as cartas que abaixo reproduzimos, endereçadas por Miguel Urbano Rodrigues ao Consulado Geral de Portugal em São Paulo e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal

Excelentíssimo Senhor
Consul Geral de Portugal

"Em 7 de Fevereiro p.p. recebi nesse Consulado Geral um passaporte (n.º 300/69) válido exclusivamente para Portugal. Estranhando a recusa de um passaporte comum, que me habilitasse a visitar outros países, fui por V. Exa. informado, em resposta a requerimento meu, que a decisão relativa ao caso fora tomada pelo Governo Português," nos termos do § 2.º do Art.º 29.º do Decreto n.º 46 748, de 15 Dezembro de 1965", com o fundamento de que me achava "abrangeado pela alínea b) do mesmo artigo".

Porque não me conformo nem com essa decisão, nem com a justificativa da medida discriminatória que me atinge, medida que viola o espírito e a letra do Art.º XIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem, venho requerer se digne transmitir à autoridade competente o meu protesto. Por Intermédio de V. Exa. insisto para que a validade do meu passaporte seja tornada extensiva aos seguintes países: Uruguai, Argentina, Chile, Peru, México, França, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Itália, Suíça, Suécia Dinamarca e Bélgica.

Peço deferimento
São Paulo, 18 de Agosto de 1969
(Miguel Urbano Rodrigues)

Exmo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

Palácio das Necessidades
LISBÓA

"Há anos que venho, inutilmente, desenvolvendo esforços para obter um passaporte comum, a que tenho direito como cidadão português. Em 18 de Agosto p.p.

fiz a última dessas tentativas, sendo informado pelo consul geral de Portugal nesta cidade de que deveria endereçar-lhe novo requerimento a fim de que o mesmo fosse encaminhado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nestas circunstâncias, redigi o documento cuja cópia anexa envio a V. Exa. Decorrido um mês sou informado de que o requerimento em causa não foi sequer encaminhado...

Cumpr-me esclarecer que sou um dos raros — quicá o penúltimo — cidadãos portugueses radicados no Brasil que continuam sendo vítimas dessa forma de discriminação expressa na recusa de passaporte comum. Só por si esse facto ridiculariza a justificativa alegada para a medida

que me atinge, pois há no Brasil numerosos portugueses adversários da ordem política e social existente em Portugal.

Cabe lembrar que na recente entrevista que concedeu ao jornal francês L'Aurore, o actual chefe do Governo declarou que "receberão um passaporte todos aqueles que o pedirem". Pergunto: se qualquer português, no gozo pleno dos seus direitos civis pode sair livremente de Portugal, por que motivo se digna o Governo de que V. Exa. faz parte autorizar-me apenas a entrar, vedando-me a deslocação para outros países abertos à totalidade dos demais cidadãos?

Pelas razões aduzidas, e dada a impossibilidade em que me acho de recorrer doravante aos servi-

ços consulares, venho requerer o deferimento anexo, acima citado."

São Paulo, 20 de Setembro de 1969.

Miguel Urbano Rodrigues

O Ministério dos Negócios Estrangeiros não deu, na altura, resposta à carta que acima publicamos. Por outro lado, uma carta de Miguel Urbano Rodrigues sobre o assunto não pôde ser publicada na imprensa portuguesa. Em dia 13 de Fevereiro, o nosso companheiro foi informado laconicamente de que o Governo português mantém a medida discriminatória que o atinge.

PEQUENAS NOTÍCIAS

■ A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela enviou aos Paramentos, chefes de Estado e jornais de toda a América Latina cópias, em castelhano, do Memorial encaminhado pelas Organizações democráticas portuguesas da América à XXIV Assembléa Geral das Nações Unidas.

■ Os oficiais alemães e suas famílias instalados em Beja, vêm-se comportando naquela cidade alentejana como se estivessem na Alemanha. Recebemos de um leitor de Beja uma carta em que manifesta a sua náusea por uma cena ocorrida recentemente na sua presença, num dos principais restaurantes da cidade. Após grandes libações, a esposa de um oficial alemão, no final de um jantar, entregou-se a uma sessão de striptease entre aplausos dos seus compatriotas.

■ O novo governador-geral de Moçambique, eng. Arantes e Oliveira, achou a situação local muito mais grave do que lhe haviam pintado. De um lado, os "ultras" continuam conspirando no sentido de uma declaração unilateral de independência; do outro, verificou que a rendição de elementos como Cavandame não diminuiu de modo algum o poder combativo da FRELIMO.

■ Para proteger o primeiro comboio de doze caminhões-gigantes que levou maquinaria importada dos EUA para as obras de Cabora Bassa, foi mobilizado, ao longo da estrada Beira-Tete, um impressionante dispositivo de segurança.

■ Um Conselho de Ministros presidido por Marcelo Caetano acaba de tomar uma decisão que serviu de tema ao anodotário nacional: criou um "Comissariado do Governo para os assuntos do Estado Português da Índia".

■ O "Jornal Português", periódico fascista, editado em Colônia, na Alemanha, iniciou uma campanha com o objectivo de persuadir emigrantes

que realizaram o serviço militar nas colónias africanas a fixarem-se em Angola e Moçambique. Apesar de as propostas serem materialmente sedutoras, a receptividade da campanha entre os emigrantes portugueses da República Federal Alemã foi mínima.

■ Em toda a região do Vouga lavra grande indignação popular, pois uma fábrica de produtos químicos, instalada nas margens do Caima, com autorização governamental, poluiu as águas desse rio matando todo o peixe.

■ A imprensa fascista portuguesa manifestou a sua satisfação pelo fato de uma frota da OTAN ter visitado o Tejo.

■ O eng. Vaz Pinto voltou à Presidência dos Transportes Aéreos Portugueses, após ter participado durante 18 meses do Governo, como ministro de Estado.

■ O Governo estabeleceu novos vencimentos para governadores civis e presidentes de Camaras Municipais. Os governadores de Lisboa e Porto passam a ganhar 19.000\$00 incluindo o subsídio de representação. Nos demais distritos o vencimento é de 15.500\$00 com o subsídio. O presidente da Camara de Lisboa passará a ganhar 22.000\$00 incluindo o subsídio; mas nos concelhos menores o vencimento, sem subsídios, não ultrapassará 7.100\$00.

■ Embora os portugueses tenham muito mais a ganhar com a reciprocidade de direitos do que os brasileiros, o Brasil já fez muito no sentido de equiparar os cidadãos dos dois países enquanto as autoridades portuguesas nada fizeram, a não ser discursos pomposos e inúteis. No Brasil a Constituição, no seu art. 199, estabelece a equiparação dos portugueses aos brasileiros e o jurista Clóvis Ramalho já encaminhou ao Ministério da Justiça um parecer para regulamentação desse dispositivo da Carta Mag-

na. Em Portugal, nada, absolutamente nada, se fez ainda no mesmo sentido.

■ Em 1968 entraram nos Estados Unidos 12.500 emigrantes portugueses.

■ Os acidentes de trânsito causaram em Portugal, em 1967, 1087 mortos e 22.902 feridos.

■ O objetivo principal da visita à Alemanha do secretário de Estado da Indústria, sr. Rogério Martins, foi negociar com grandes monopólios alemães as modalidades da sua instalação em Portugal e o tipo de controle que passarão a exercer sobre vários sectores da economia portuguesa. O leilão das riquezas nacionais prossegue...

■ Certas regiões de Trás-os-Montes estão quase desabitadas pela fuga contínua de jovens para a França e a Alemanha. Segundo o deputado caetanista Camilo Mendonça, no Nordeste da Província, "o fenómeno atingiu proporções de verdadeira catástrofe", "criando um deserto sem remissão".

■ Numa saudação ao novo ministro do Exército, o chefe do Estado Maior do Exército Português, general Andrade e Silva despejou um balde de água fria naqueles que acreditam nas vitórias da "pacificação". "A guerra — disse sombriamente — terá de durar o tempo que for necessário".

■ O cardeal Cerejeira, em voz de atender à sugestão do Papa sobre a renúncia dos altos dignitários da Igreja que ultrapassem o limite de idade, preferiu festejar com grande pompa o 40.º aniversário da sua entronização como Cardeal Patriarca de Lisboa.

■ O "Wall Street Journal" porta-voz dos interesses do capital financeiro e dos grandes monopólios norte-americanos, dedicou um artigo apologético à política portuguesa, exaltando o colonialismo de Salazar e Caetano.

Pela amnistia e contra a repressão

Novas Prisões

Já era esperada pelos portugueses a nova onda de repressão que se abate sobre o movimento de oposição ao regime. Apenas alguns democratas mais crédulos, e ainda influenciados pela demagogia do chefe do governo, se apegam à idéia de que o sr. M. Caetano não iria seguir o mesmo caminho que o seu antecessor sempre trilhou após os chamados atos eleitorais: perseguir e encarcerar os que mais se destacavam na luta. Porém, as notícias das agências internacionais aí estão, quase diariamente, a confirmar a "continuidade" e "aprimoramento" do regime naquilo que o caracteriza e mantém: a repressão. Só no mês de Fevereiro foram presos em Lisboa dezenas de democratas.

Entre os detidos contam-se o conhecido advogado e opositorista Francisco Salgado Zenha, candidato a deputado pela lista de Lisboa C.E.U.D., Maria Eugénia Varela Gomes, esposa do valente capitão que comandou o assalto ao quartel de Beja em 1962, o candidato a deputado nas últimas "eleições" Jorge Silvestre, Manuela Rego, filha do candidato a deputado Manuel Rego, e dezenas de estudantes e operários, cujos nomes não foram divulgados.

A repressão que atinge o movimento democrático português pode e deve ser detida. O povo português tem dado sobejas provas do seu repúdio à violência fascista e toma cada vez mais em suas mãos a defesa dos presos políticos. Interpretando este sentimento popular as organizações democráticas acabam de constituir uma larga comissão, integrada por 44 representantes de todas as correntes oposicionistas, que tem por objectivo coordenar e reforçar a luta pela libertação de todos os presos políticos.

Em documento enviado a M. Caetano, anunciando a constituição daquela Comissão, os democratas que a constituem, reclamam do governo a restituição à liberdade de todos os patriotas encarcerados; a suspensão das "medidas de segurança"; a imediata abolição de todas as leis especiais para julgar delitos de opinião; e a instauração de um inquérito sobre as condições prisionais, a que estão sujeitos os numerosos democratas detidos.

Outras iniciativas, exigindo a amnistia para os presos políticos têm surgido dos mais variados sectores profissionais e regionais; vários abaixo-assinados continuam a ser enviados às autoridades fascistas subscritos por milhares de pessoas. Recentemente cerca de 70 padres de várias diócesis enviaram telegramas aos Presidentes da República e do Conselho e ao Ministro do Interior pedindo a libertação dos presos políticos.

Julgamento de Elementos do L.U.A.R.

No Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, teve lugar em Fevereiro mais uma farsa de julgamento: o conhecido caso da acção empreendida pela L.U.A.R. contra a filial do Banco de Portugal na Figueira da Foz, ocorrida em Maio de 1967. Embora tivesse sido demonstrado pela defesa que o assalto foi efectuado por motivos políticos, esta alegação foi rejeitada pelo tribunal.

Dos 22 réus implicados no processo, seis foram absolvidos, oito condenados a penas correcionais e oito a prisão maior. Destes, somente se encontra preso Angelo Cardoso, condenado a 7 anos e três meses; os restantes, entre os quais se encontra Palma Inácio — condenado a 16 anos de prisão — foram julgados à revelia.

O Tribunal considerou apenas com interesse jurídico, dos 29 mil escudos retirados do Banco, as notas com valor corrido, cujo valor foi calculado em 4.800 contos. Os réus condenados a prisão maior — António Barracosa, Palma Inácio, Luis Benvindo, Tavares Mortágua, Oliveira Cabrita, Germano Mateus e Angelo Cardoso — deverão pagar, solidariamente, aquela importância ao Banco de Portugal!

Dois grandes desaparecidos

JOSÉ RÉGIO E ALVES REDOL

Conta-se que Salazar, desabafando um dia com Mário de Figueiredo, lhe revelou que uma das suas maiores frustrações decorria do malogro do regime em conquistar os intelectuais. "Não há no país um só escritor significativo — disse — que seja nosso!"

Por uma vez Salazar disse a verdade. O fascismo não conseguiu corromper os intelectuais portugueses. No fim do ano, a cultura portuguesa perdeu duas grandes figuras: José Régio e Alves Redol. Eram ambos anti-fascistas, mas diferentes em tudo, exceto no seu amor à liberdade e na repulsa comum pela ditadura.

José Maria dos Reis Pereira — nome de José Régio — nasceu em Vila do Conde em 17 de setembro de 1899. Formado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, começou a sua carreira como professor no Porto, mas não tardou a ser transferido para Portalegre onde lecionou durante várias décadas, impondo-se ao respeito de sucessivas gerações como um extraordinário mestre e educador. Mas foi, contudo, como escritor que José Régio ganhou prestígio nacional. Sua tese sobre "As Correntes e as individualidades na Moderna Poesia Portuguesa" havia já chamado a atenção da crítica, mas só o lançamento de "Poemas de Deus e do Diabo" em 1923, o consagrou como um dos maiores poetas da sua geração.

Era o início de uma carreira esmaltada de êxitos, que lhe havia de assegurar um grande lugar como poeta, romancista, ensaísta, teatrólogo e novelista. Entre as suas obras mais importantes destacam-se: "As Encruzilhadas de Deus", "Jogo da Cebra Cega", "Davam Grandes Passeios aos Domingos", "O Príncipe com Orelhas de Burro", "História de Mulheres", "Críticos e criticados", "Pequena História da Literatura Portuguesa", "Brunilde ou a Virgem Mãe", "Jacob e o Anjo" e "El Rei D. Sebastião". Foi um dos fundadores da revista "Presença" e pertenceu também ao grupo da "Serra Nova".

Não foi um militante político, mas, tanto na sua obra como na sua vida exemplar de mestre e cidadão, deixou sempre transparecer a sua fidelidade aos valores da democracia e a sua repulsa pelo fascismo.

António Alves Redol foi um escritor saído do povo e que escreveu sempre para o povo. Natural de Vila Franca de Xira, onde nasceu a 29 de Dezembro de 1911, começou por ser marçano de mercearia, tornando-se sucessivamente empregado de escritório, vendedor de pneumáticos, publicitário, e gerente de tipografia. Apenas com 16 anos embarcou para Luanda onde permaneceu durante três anos, adquirindo uma rica experiência dos horrores do colonialismo. Já então se revelara nele um singular temperamento de escritor que o havia

de levar a escrever uma obra que espelha com admirável riqueza de perspectivas o dramático cotidiano das classes oprimidas na sociedade portuguesa. Destacado combatente anti-fascista, participou de todas as grandes batalhas travadas contra o regime desde o final da guerra de 45. Em Agosto de 1948 participou do Congresso dos Intelectuais para a Paz, realizado em Wrocław, tendo usado da palavra em nome da delegação portuguesa. Acompanhou as atividades do Movimento de Unidade Democrática (MUD) desde o seu início, fazendo parte da sua primeira Comissão Central Política.

Eis alguns dos muitos romances que publicou: "Gai-béus", "Marés", "Avieiros", "Fanga", "Anuncio", "Os Reineiros", "Porto Manso", "Horizonte Cerrado", "Homens e Sombras" e "Vindima de Sanguê". Era um dos escritores portugueses mais traduzidos, tendo obras editadas em russo, checo, bulgário, francês, eslovaco e espanhol. Escritor dotado de um invulgar poder de comunicação, sobretudo com a gente humilde, Redol foi uma das mais marcantes figuras do movimento neo-realista.

O povo, para o qual criou a sua obra de escritor, amava-o como a poucos intelectuais. O Ribatejo sentiu, porém, de modo especial a sua morte. Mais de 5.000 pessoas se incorporaram no seu funeral, em Vila Franca de Xira, numa manifestação de adegus ao combatente da liberdade e ao escritor do povo.

O 31 de Janeiro em Paris

PARIS (Do Correspondente) — Promovida pelo Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal, realizou-se em Paris, com a presença de 700 trabalhadores portugueses, um ato público comemorativo da Revolução Republicana do 31 de Janeiro de 1891.

No uso da palavra, Tomás Rato, um jovem operário — Afilhado — o democrata-católico Sousa Neves e o dr. José Dias criticaram a política libertada do fascismo e denunciaram a demagogia "liberalizante" de Marcelo Caetano satirizando particularmente a mudança de nome da PIDE. Todos os oradores saudaram as lutas da classe operária portuguesa e manifestaram a sua satisfação pela estruturação do Movimento da Oposição Democrática, nascido da convergência de interesses das mais amplas camadas da população.

Durante a reunião foram aprovadas por aclamação as seguintes moções: Pela Amnistia de todos os presos políticos portugueses; de saudação ao Movimento da Oposição Democrática; e de solidariedade à luta dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique contra o colonialismo português.

Foram exibidos dois filmes: "La Glu", sobre a emigração portuguesa; e "Caminho para a Liberdade", sobre a guerra na Guiné-Bissau.

Prefaciando Davidson

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. 4)

atual é a de uma nação independente, que tem uma parte do território nacional, principalmente os centros urbanos e as ilhas ocupadas por forças estrangeiras. Conquistámos, pela luta, o direito a uma personalidade própria no plano internacional. Já não precisamos do consentimento do governo português para concretizar a independência de nosso país. Sim, sabemos que existe a Carta das Nações Unidas, o direito dos povos à autodeterminação e a necessidade de concessão da independência por parte da "potência administrativa". Mas no nosso país a potência administrativa está nos abrigos das trincheiras e só administra sua guerra colonial. Ela tornou-se o agressor, o terrorista e o criminoso de tentativa de genocídio contra o nosso povo. É esta a situação em nosso país, que a morte política de Salazar não mudou, mas que, qualquer que seja a conjuntura política em Portugal, não deixará de progredir para a libertação total de nosso povo, com ou sem o consentimento prévio do governo português.

Não devemos, no entanto, alimentar ilusões. Todos sabem que Portugal não fabrica nem mesmo aviões de brinquedo para as crianças. Logo, não se deve esquecer que a situação em nosso país — a agressão portuguesa contra o povo africano — implica a responsabilidade dos aliados de Portugal. Eis porque razão esta luta nos traz uma outra vantagem: a de nos dar a conhecer os amigos e os inimigos de nosso povo e da África.

Basil Davidson veio como amigo. Apesar da posição pró-colo-

nialista do governo socialista de Wilson, que sempre vota na ONU contra os interesses de nosso povo africano e dá ajuda concreta a seu aliado multi-secular, animamos a convicção de que Basil Davidson não é o único inglês amigo de nosso povo. Contamos com a simpatia da juventude inglesa, de todos os ingleses desejosos de liberdade e progresso, número em que se incluem certamente alguns membros do governo e Parlamento inglês.

A partir do que o autor viu e viveu no nosso país, ajudado tanto por sua experiência e um profundo conhecimento da história da África como por sua consciência dos dados essenciais da história dos nossos dias, ele procurou interpretar a realidade de nossa vida e de nossa luta. Seja qual for nossa posição perante os elogios ou as críticas explicitamente implicitamente contidas em seu livro, nós estamos-lhe reconhecidos. Esta gratidão é extensível a todos os outros estrangeiros — ingleses, franceses, americanos, soviéticos e outros — que nos visitaram e testemunharam sobre nossa luta. Mesmo no caso em que estes testemunhos só repetiram os "slogans" do colonialismo português, porque isso nos faz conhecer melhor a natureza dos homens e os obstáculos que deveremos enfrentar.

Neste preciso momento em que uma certa juventude ou "intelligentzia" europeia se manifesta decisivamente a favor das lutas de libertação nacional e que um número crescente de jornalistas e escritores esgotam sua inspiração e seus temas de trabalho nos sacrifícios tão ignorados de nossos povos, não é deselegante lembrar que o povo heróico do

Vietnã vai certamente se libertar, que nosso povo finalizará sua libertação, e que os povos oprimidos se libertarão do domínio imperialista. É uma exigência da História. Em nosso próprio interesse parece-nos oportuno lançar aqui um apelo a esta juventude rebelde e a esta "intelligentzia" solidária dos povos oprimidos, convidando-os a se preparar para novas etapas da luta comum para o progresso e a felicidade da humanidade. Nós, apesar das condições particularmente difíceis encontradas em nossa luta, estamos fazendo nosso dever de conhecer e transformar, no sentido do progresso e da justiça, a realidade de nosso país. Nós participamos, com orgulho, na elaboração da História. Que eles se preparem para fazer o mesmo em seus países.

Não podemos tomar posição sobre as opiniões emitidas pelo autor a propósito de diversos problemas mais ou menos controvertidos que dizem respeito à África e a luta geral contra o imperialismo, em seu conteúdo e sua forma. Basil Davidson sempre sabe assumir suas responsabilidades, e este prefácio não poderia atingir uma das suas mais apreciáveis qualidades pessoais.

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20, 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

VERDADES TARDIAS

Publicamos abaixo, na integra, o texto de um telegrama da Agência "Associated Press" que foi divulgado com grande destaque pela imprensa brasileira:

LISBOA, 17 — O governo português já reconhece oficialmente que Portugal é um dos países de mais baixo índice de consumo "per capita" de toda a Europa, que existem males que impedem o desenvolvimento económico nacional e que o país só agora está disposto a tirar "passaporte para o mundo moderno".

Numa verdadeira autocritica do sistema e contrastando com as declarações triunfalistas do tempo de Salazar, o secretário de Estado para Assuntos Industriais, Rogério Martins, denunciou os erros do passado, anunciando reformas radicais para aumentar a produção industrial.

O secretário de Estado, que falou num seminário sobre a política industrial, afirmou: "O governo está perfeitamente consciente da gravidade da situação. O país aguarda o estabelecimento de uma política industrial vigorosa, destinada a dar a Portugal um passaporte para o mundo moderno".

Numa crítica às teorias económicas de Salazar, que governou Portugal por mais de quarenta anos, Martins declarou: "O regime industrial que regeu nossas vidas durante o último quarto de século não nos permitiu superar as diferenças entre Portugal e

os outros países desenvolvidos".

O secretário de Estado, que recentemente regressou de uma visita oficial à Alemanha Ocidental, reconheceu também a dependência de Portugal com relação aos países industrializados, ao dizer: "O futuro não está somente em nossas mãos. Nenhum país pode subtrair-se à influência das potências que forjam o mundo".

Depois de lembrar que Portugal se encontra entre as nações de mais baixos índices de consumo "per capita" de toda a Europa, Martins acrescentou que uma nova lei sobre a indústria, tendente a melhorar as indústrias privadas e estatais, será apresentada em breve à Assembléa Nacional. Explicou que os postulados básicos da nova lei destinam-se a melhorar a produção, com preços competitivos, de modo que se possa neutralizar o vultoso déficit na balança comercial e as custosas importações.

Disse que o governo está disposto a agir "com severidade" com os industriais que se preocupam mais em acumular lucros do que em produzir bens a baixo custo.

Os observadores salientam o fato de Martins não ter feito qualquer referência às províncias ultramarinas. O secretário não fez também qualquer alusão à atual ofensiva diplomática da Espanha para melhorar suas relações com os países do Mercado Comum Europeu.

Soube-se que as inovações propostas por Martins despertaram forte oposição da parte dos membros conservadores do gabinete que foram, entretanto, vencidos.

43 ANOS DE FASCISMO EM PORTUGAL

A repercussão alcançada junto da opinião pública brasileira e dos núcleos democráticos portugueses da América pelo numero especial da Revista "Paz e Terra" intitulado 43 Anos de Fascismo em Portugal excedeu as melhores expectativas. Na impossibilidade de reproduzirmos os numerosos comentários vindos a lume, transcrevemos abaixo uma passagem do artigo dedicado ao assunto no Suplemento Literário de "O Estado de S. Paulo" pelo escritor Livio Xavier, uma das figuras mais altas da vida intelectual brasileira:

"A capa da Revista ostenta a imagem das primícias da mais longa ditadura do século numa fotografia da época: a recente ditadura que se encarna no ainda moço ditador. O dr. Salazar, em civil, em flagrante comunhão de ideais com o fascismo, sauda à romana, como era moda na época, as suas tropas ou a sua grei, acompanhado dos seus fleis ministros. Mas, na nota de apresentação, se não em toda a matéria, depreende-se que, praticamente morto o ditador, continua a ditadura, apesar de ter o desaparecimento virtual, de Salazar fomentado algumas ilusões de abertura, como se diz agora, para um regime mais livre. De fato, a amnistia não foi decretada, a censura à imprensa continua, a guerra na África absorve mais de metade do orçamento nacional, além de se manterem os números índices do maior atraso na Europa" (...)

LUTAS ESTUDANTIS

(Cont. na pág. 1)

clarada de alguns professores e assistentes.

O Ministro Saraiva respondeu no bom estilo Salazarista: aproveitou as férias do Natal para mandar fechar as instalações da Comissão Pró-Associação e ordenou a instauração de processos disciplinares, implicando a aplicação da famigerada ameaça de mandar para a guerra colonial os estudantes com "mau comportamento escolar".

As medidas repressivas e intimidatórias não resultaram. Os estudantes passaram a ocupar um anfiteatro, debatendo os problemas da universidade e estudantis, ao mesmo tempo que distribuíam comunicados relatando os factos e expondo as reivindicações, nomeadamente: a reabertura das instalações associativas, o cancelamento dos processos disciplinares e anulação da transferência do curso de Germanicas.

A amplitude do movimento e a conveniência por parte do governo de não desmascarar a sua demagogia, ainda para mais logo a seguir à propagação "eleitoral", fizeram com que o MEN mandasse reabrir as instalações associativas e desocupar o anfiteatro, juntando algumas promessas vagas. Esta manobra, visando fundamentalmente desmobilizar os estudantes, não resultou no apaziguamento esperado pois outros factos deixaram transparecer as intenções governamentais como, por exemplo, o devassamento pelos pides (crismados agora de DGS) durante a noite dos arquivos e documentos da C.P.A.

Como a tensão se mantivesse, perturbando o funcionamento normal dos cursos, e prosseguissem os debates com a participação de muitos estudantes doutras faculdades, o governo foi forçado a recuar e por ocasião da recente remodelação ministerial, substituiu o ministro-polícia Saraiva pelo ex-reitor em Moçambique Veiga Simão, cujas intervenções públicas aparecem como liberais e reformistas.

O Ministro Veiga Simão ordenou, com a conveniente publicidade, anular os processos disciplinares — mas só em Lisboa, acentue-se — sugerindo oficialmente o estudo mais atento da situação. Esta magnanidade foi bastante mal acolhida pela maioria dos catedráticos, chefiados pelo velho fascista Gonçalves Rodrigues, que ainda não compreenderam a situação e a política marcelista de "mudar alguma coisa para que fique tudo na mesma". O Conselho Escolar fez então um comunicado provocatório, em que elogiava os contínuos (que, como é sabido, muitas vezes acumulam esse cargo com o de pides) pela maneira como tinham "perturbadores da ordem".

Os estudantes decidiram nova greve de protesto e acrescentaram às suas reivindicações o pedido de demissão do Gonçalves Rodrigues. Nesse mesmo dia, o Conselho Escolar decide encerrar a Faculdade.

A decisão do Conselho Escolar constitui uma novidade

enter nós e deixa transparecer a agudização das contradições entre aqueles que querem salvar o fascismo. Mas devagar: nem o Conselho Escolar "teria a coragem" de mandar encerrar a Faculdade sem ter as costas quentes do apoio das esferas governamentais, nem ao Ministro da Educação conviria tomar sobre si a responsabilidade de tal medida pois assim poderá aparecer como árbitro para liquidar o movimento e enganar a maioria.

O encerramento da Faculdade teve como objetivo central evitar as reuniões e assembléas, afastando das massas os dirigentes. No entanto, a luta continua.

Também no Técnico se processaram acontecimentos reveladores da oposição estudantil ao regime. Em reunião geral de alunos foi decidida greve ilimitada na cadeira de FISICA até serem tomadas em consideração as reivindicações dos estudantes de engenharia assim formuladas: modificação da estrutura e ensino da cadeira por não se enquadrar na formação profissional; eliminar as causas do número astronómico de reprovações desde há largos anos apesar do uso generalizado e deformador de cábulas; dar menor importância ao exame final em função dum controle de aproveitamento ao longo do ano; participação efectiva dos estudantes nas aulas e afastamento do regente por falta de qualidades pedagógicas.

Durante todo o mês de Dezembro o boicote às aulas foi total, acabando os estudantes por ver satisfeitas as suas reivindicações tais como o afastamento do regente, a possibilidade de intervenção dum comissão pedagógica. Foi marcado um prazo para se verificar o carácter das modificações a fazer na cadeira.

No Instituto Industrial de Lisboa a luta estudantil foi agudizada pela decisão arbitrária do Director proibindo a distribuição de boletim associativo, a realização de colóquios e dum sessão de convivio. Por outro lado reinava grande descontentamento pelo facto de ter sido suspensa a possibilidade de todos os alunos com o 2.º ano poderem adiar o serviço militar.

Comunicados foram elaborados e divulgados entre os estudantes bem como noutras escolas. Foi organizada uma reunião no interior do Instituto onde se debateram os problemas existentes e as formas de actuação para lhes fazer frente. Entretanto o Director do Instituto cancelou a proibição quanto ao Boletim, autorizou um ciclo de colóquios e prometeu estudar o subsídio à cantina dos estudantes tal como estes pediam.

A situação está ainda muito tensa, continuando a realizarem-se reuniões alargadas de estudantes.

Em Económicas os estudantes resolveram protestar contra o ensino e regência da cadeira de FINANÇAS, cujo professor titular nem aulas dá atribuindo o encargo aos assistentes. Como processo de luta foram utilizadas as próprias aulas que foram transformadas em debates sobre o ensino da cadeira obrigando os assistentes a participar e intervir no sentido de actualizar as ma-

térias e torná-las concordes com a necessidade de formar quadros para o progresso do país.

As agências internacionais noticiaram o encerramento deste Instituto Superior, onde o movimento se iniciou no fim de Janeiro.

Finalmente, em 16 de Fevereiro, os alunos da Faculdade de Direito de Lisboa declararam-se em greve e ocuparam a Faculdade. A D.G.S (leia-se: PIDE) e elementos fascistas desencadeiam uma feroz repressão contra os estudantes. O Conselho Escolar da Faculdade, uma vez mais se investe na odiosa função de órgão repressivo, antes da reforma ministerial esta atribuição competia ao MEN, e manda encerrar a Faculdade.

Todas estas lutas tornam patente a disposição combativa do movimento estudantil, as aspirações democraticas dos estudantes portugueses e a sua decidida oposição ao governo "liberal", de Caetano. Constituem, por outro lado, um poderoso factor de dinamização do movimento democrático português.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

Filial - Rio de Janeiro: P. Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 222-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva R. do Hospício, 148, 1.º, Apto. 108

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin - 10 Pentiman Road, London, S.W. 8

BELGICA: Mercedes Guerreiro — Av. Schaerbeek, 668 — 1.800 — Vilvorde — Bruxelles — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — klarenburg 253 — Amsterdam — 18.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 357 ½ College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário A. dos Santos 7405 d'Outremont Ave. — Apt. 3 Montreal 303, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay, Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Rebelo - Postovní Urad/Jindřiská UL. C. 14 Schránka 646 — Praha 1 — Tchechoslovaquie

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" - 2, Place François Villon - Escalier E — La Courveuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933 Caixa Postal, 6248

Composto na Letras Editora Ltda. Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso NCr\$ 0,30
Assinatura anual ... NCr\$ 5,00

Ano XIV - N. 148 - Março de 1970

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

HOLANDESES

(Continuação da pág. 1)

do o sua política conservadora, apesar de ter prometido fazê-lo.

Os partidos do governo também apoiaram os votos da maioria, embora tenham sido mais moderados nas críticas feitas à política governamental, e instaram o governo a mudar de política em relação a Portugal.

É a seguinte a proposta mais importante adotada:

"O parlamento holandês, concordando que qualquer apoio à guerra colonial de aniquilamento, sustentada por Portugal na África, deve ser rejeitado. Alarmado pelo fornecimento de armas a Portugal, armas que são ou podem ser usadas nos territórios africanos deste país, convida o governo a pressionar os aliados ocidentais que fornecem armas a Portugal, inclusive nas organizações internacionais de que a Holanda faz parte e de que um ou mais desses aliados são membros, a respeitar na letra e no espírito a resolução do Conselho de Segurança a respeito desses fornecimentos."

Esta proposta foi apoiada pela quase unanimidade do parlamento holandês. No decorrer da discussão desta proposta ficou bem claro que "organizações internacionais" significavam as Nações Unidas e a OTAN. O ministro das relações exteriores declarou que era muito difícil levar essa posição às conferências da OTAN.

Com a mesma grande maioria de votos foi adotada uma outra moção deplorando o voto incorreto da delegação holandesa na Assembléa das Nações Unidas quando foi discutida a concessão de autodeterminação aos territórios portugueses na África (Resolução 2507 de 28/11/66), e clamando o governo da Holanda a ter mais em conta a sua fundamental condenação da política colonial portuguesa quando outras resoluções semelhantes vierem a ser votadas.

COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

Guiné

O governo português desencadeou no fim do ano uma grande campanha de propaganda destinada a mistificar a opinião pública portuguesa a respeito da marcha da guerra na Guiné-Bissau. Através de comunicados inteiramente forjados e de declarações falsas de militares de alta patente, pretende-se persuadir o povo de que as coisas mudaram na Guiné e de que as Forças Armadas portuguesas vêm alcançando uma série ininterrupta de vitórias contra os combatentes do PAIGC que estariam agora reduzidos a um punhado de guerrilheiros refugiados nos países vizinhos. O PAIGC não ocuparia já vastas extensões do território e limitar-se-ia a lançar incursões armadas a partir do Senegal e da Guiné. Por outro lado, a figura do general António Spínola é exaltada em todos os tons pela imprensa fascista que o apresenta como soldado vitorioso e "pacificador".

A situação na Guiné é, na realidade, completamente diferente. Os patriotas do PAIGC continuam firmemente estabelecidos em mais de dois terços das zonas libertadas e são as tropas portuguesas que se limitam a incursões esporádicas contra essas áreas. O general Spínola é, efetivamente um homem mais ativo do que o seu antecessor, mas o seu dinamismo traduz-se principalmente na intensificação dos bombardeamentos com napalm das aldeias e campos controlados pelo PAIGC. Entretanto, a defesa anti-aérea das forças do Exército Popular de Libertação vem-se mostrando cada vez mais eficaz.

No terreno militar propriamente dito, o PAIGC respondeu às bravatas de Spínola com uma série de ataques vitoriosos. Assim, no dia 17 de Novembro durante um combate, em Quirafa, o exército português deixou onze mortos no terreno. No dia 18 o posto de Madina Xaquill foi tomado de assalto por uma unidade de infantaria do PAIGC, tendo as tropas colonialistas sofrido 13 baixas. Outras importantes ações assinaladas em Dezembro e Janeiro contra os campos entricheirados de S. Domingos, Guidage, Cuntima e Morecunda e contra as povoações de Catió e Cacine. A antiga capital, Bolama foi igualmente atacada, sendo destruídos pelo bombardeamento vários edifícios públicos.

O governo português insiste em negar tais fatos. Mas os seus desmentidos carecem de poder de convicção, na medida em que é cada vez maior o número de jornalistas e cinegrafistas europeus que realizam reportagens na pequenina e heróica Guiné-Bissau. O semanário italiano "Vie Nuove" acaba, por exemplo de dedicar um extenso artigo à luta libertadora do PAIGC. A capa desse número é de uma combatente guineense (Domingas). A reportagem é assinada por Bruno Crimi e as fotos são de Uliano Lucas.

Cabo Verde

Apesar da repressão selvagem desencadeada em Cabo Verde após o levantamento camponês de

Santo Antão, as autoridades fascistas mostram-se cada vez mais preocupadas com o espírito de resistência do povo caboverdeano. Todo o indivíduo suspeito de alimentar sentimentos nacionalistas é imediatamente preso pela PIDE (agora DGS). Entre os patriotas vítimas desta onda de terror contam-se CARLOS LINEU MIRANDA, CARLOS DANTAS

TAVARES, LUIZ MATOS DA FONSECA e JAIME BEM HARE SCOFIELD, condenados em penas que vão de 30 meses a 5 anos de prisão, com suspensão de direitos políticos por 15 anos. Logo depois de condenados pelo Tribunal Militar da Cidade da Praia, foram transferidos para o campo de concentração de Chão Bom, (Tarrafal).

Imprensa

A Engrenagem da Guerrilha Colonial

"Certos dirigentes da esquerda que se apresentaram ao jogo eleitoral não levaram suficientemente em conta a influência de uma guerra colonial que dura desde 1961 e que tem como consequência o reforço dos interesses conservadores.

Se é verdade que os movimentos africanos, com a única exceção do P.A.I.G.C. da Guiné-Bissau, só obtiveram êxitos limitados, não é menos verdade que essas fracas guerrilhas impõem a presença de um poderoso aparelho de ocupação de que participam cerca de 120.000 soldados portugueses. O reforço do exército aumenta a influência dos chefes militares, geralmente conservadores. O Estado tem, por outro lado, de manter a sua estrutura autoritária para poder impôr às massas populares a mais dura das servidões: um serviço militar de 4 anos.

As necessidades do exército — que segundo o orçamento recentemente votado pela nova Assembleia, absorverão em 1970 58% dos recursos do Estado, favoreceram a constituição de poderosas indústrias de guerra. Para poder prosseguir simultaneamente o seu esforço de guerra, a aplicação do terceiro plano de fomento no território metropolitano e a valorização dos territórios coloniais, o governo Caetano teve de apelar cada vez mais largamente para os capitais, estrangeiros: norte-americanos, alemães, holandeses, escandinavos e japoneses. Um exemplo dessa penetração econômica? Consideremos o caso da barragem de Cabora-Bassa, no Norte de Moçambique. Essa gigantesca barragem, que será a quarta do mundo (depois das russas e da canadiana e antes da de Assuan) está sendo construída com a participação da Anglo American Corporation da África do Sul, da Siemens alemã, da ASEA sueca e de duas empresas francesas: a Companhia Geral de Eletricidade e a Companhia de Construções Internacionais. Desse modo, vem sendo pouco a pouco constituído e reforçado um poderoso complexo militar-industrial que pesa sobre as decisões de Caetano. A partir do momento em que Caetano decidiu continuar a guerra colonial (e não podia talvez jogar outra carta) as suas tímidas tentativas conciliadoras tinham fatalmente de se chocar com a oposição

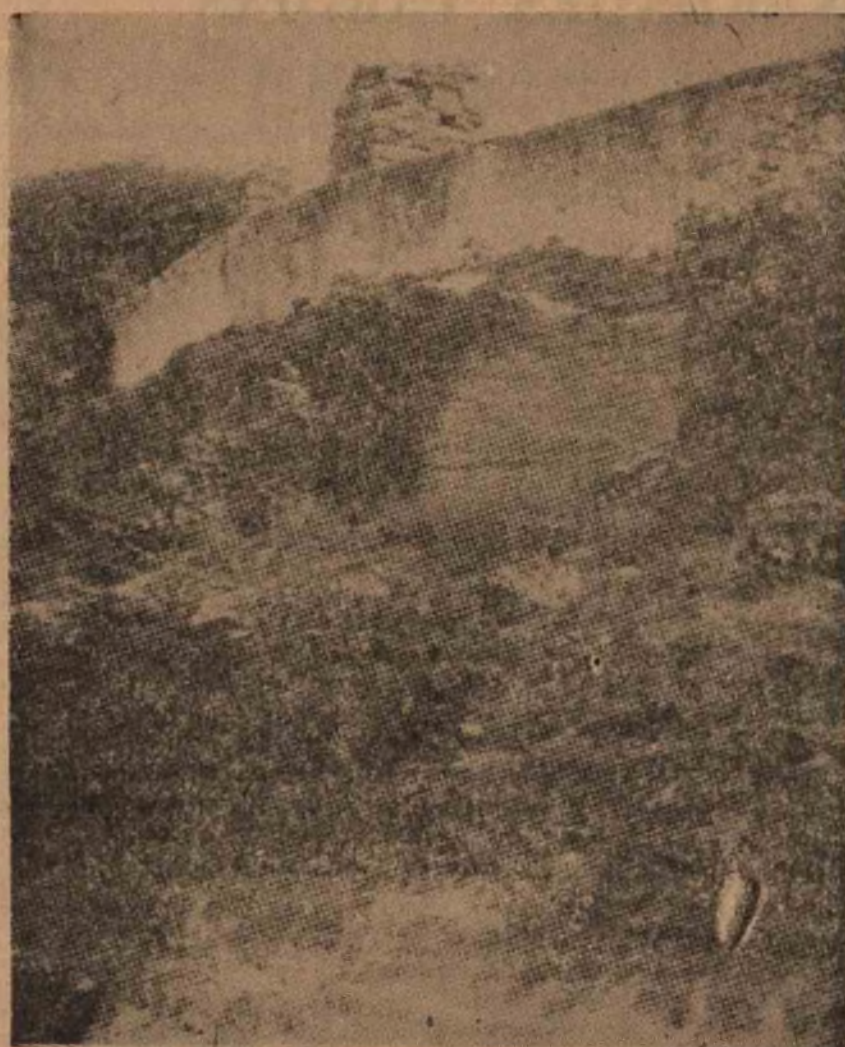
dos interesses cada vez mais importantes, que a guerra e a colonização engendram.

Vejam o que se passou quando Caetano, por ocasião da sua "tourné" africana de abril de 1969, lançou a fórmula de uma "federação" das nações que rompia com o mito salazarista do "Portugal indivisível". Um movimento de colonos portugueses de Moçambique, dirigido pelo sr. Jorge Jardim, declarou-se logo a favor da independência, mas de uma independência desejada e comandada pelos brancos. Jardim e seus partidários sonham com a idéia de transformar Moçambique numa Rodésia portuguesa. E todas as garantias desde então dadas por Caetano não bastarão provavelmente para impedir os colonos portugueses — que temem o destino dos colonos da Argélia — de se aproximarem da Rodésia e da África do Sul, os dois Estados brancos da África Austral a que se sentem ligados por tantos interesses econômicos e políticos.

Mas a indignação dos colonos de Moçambique teve imediatamente repercussões em Portugal. Os dois grupos que controlam praticamente toda a economia da Colônia, o grupo Champalimaud e o Banco Nacional Ultramarino têm igualmente poderosos interesses em Portugal. E além disso, o diretor do BNU, Castro Fernandes, é um dos dirigentes "ultras" da União Nacional (já foi aliás presidente do partido oficial).

Essas pressões explicam talvez que Caetano tenha renunciado, pelo menos momentaneamente, à reforma administrativa que devia — segundo certos observadores — anunciar em meados de janeiro, juntamente com a remodelação ministerial. Em consequência dessa reforma, que teria significado um tímido passo em frente no sentido da autonomia administrativa, os governadores de Angola e Moçambique seriam substituídos por ministros residentes, diretamente ligados à Presidência do Conselho, enquanto o Ministério da Ultramar (Colonias) só ficaria com o controle dos territórios menores".

(Elena de la Souchere, in Le Monde Diplomatique, Fevereiro de 1970).



Um aspecto da muralha exterior do sinistro campo de concentração de Chão Bom (Tarrafal) onde se acham presos em condições infra-humanas dezenas de patriotas de Angola, da Guiné e Cabo Verde. Sob o "liberal" Caetano, o número de presos políticos nos campos de concentração das colônias é ainda maior do que nos tempos de Salazar. E continua aumentando em ritmo impressionante, especialmente após a revolta camponesa de Santo Antão.

Ultima Hora

Fechado Instituto Superior de Agronomia

LISBOA (Do Correspondente) — O desafio dos estudantes ao governo prosseguiu nos últimos dias de Fevereiro e no início de Março com manifestações contra o encerramento das Faculdades de Letras e Direito. No Instituto Superior de Agronomia os protestos, acompanhados de justas reivindicações assumiram uma amplitude tão grande que o Ministério da Educação, alarmado, decidiu fechá-lo. O fato foi interpretado como uma confissão do malogro do ministro Veiga Simão, cujas manobras demagógicas tiveram da parte dos estudantes a resposta que mereciam.

Os jornais deram pouco relevo aos acontecimentos, mas publicaram com muito destaque a nota da Direção Geral de Segurança (leia-se PIDE) atacando os estudantes pelas manifestações organizadas contra a guerra colonial no dia 21 de Fevereiro. Nada menos de 30 jovens universitários e o ex-candidato a deputado José Silvestre foram presos quando faziam propaganda a favor do recenseamento eleito-

ral e se manifestavam contra a guerra colonial. A prisão da esposa do capitão Varela Gomes, D. Maria Eugénia Varela Gomes causou grande indignação entre a opinião pública por se tratar de uma admirável figura humana cujo trabalho como responsável pelo Movimento Nacional de Amnistia merece o respeito de todos os democratas.

Em vários pontos da cidade houve choques entre os manifestantes e o aparelho de repressão. Os estudantes não se intimidaram e enfrentaram a polícia gritando palavras de ordem como: "A guerra colonial é um desafio à dignidade de todos os explorados", "lutar contra a guerra é lutar contra os monopólios portugueses e estrangeiros", "Resistir à guerra é fazer greve, é desertar, é protestar nas ruas contra o genocídio colonial." Foi uma bela jornada de luta.

RÁDIO VOZ DA
LIBERDADE
UMA EMISSORA A
SERVICO DO POVO
PORTUGUÊS
Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
Rua Liberto Baduró, 488 — 5.º Sala 50
Endereços de Assinantes